

Confronto

PMDB funde emendas para apressar votação do mandato

Moreira Mariz

Da Sucursal de Brasília

A liderança do PMDB decidiu ontem adotar em larga escala o mecanismo regimental de fusão de emendas para agilizar os trabalhos do Congresso constituinte. O objetivo é colocar dentro de no máximo duas semanas a emenda do senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), que prevê quatro anos de mandato com direito a uma reeleição para os futuros presidentes. Com esta emenda, o PMDB espera definir indiretamente e por antecipação o mandato do presidente Sarney, que será votado só no final da Constituinte.

A fusão de emendas depende de acordos com os demais partidos, o que já começou a ser buscado ontem mesmo. "Com isso, em um mês poderemos aprovar a Constituição em primeiro turno", disse o senador José Richa (PMDB-PR). Pesar no acelerador do Congresso constituinte foi a resposta que liderança do PMDB decidiu dar aos ataques do presidente Sarney aos trabalhos constituintes.

"Quem cuida só dos outros não cuida de si mesmo", resumiu ontem o deputado Fernando Lyra (PMDB-PE), sobre a posição do partido. Isto é, os líderes resolveram atenuar ao máximo suas réplicas às

críticas presidenciais para não aumentar aquilo que o senador Richa chamou de "terrorismo" da última semana. Em vez disso, cuidaram de acelerar as votações, o que reforça a hipótese de eleição presidencial este ano.

Incorporação

A fusão de emendas, prevista no regimento do Congresso constituinte, permite que propostas afins de parlamentares diferentes sejam incorporadas num único texto, votado uma só vez. A vantagem, do ponto de vista da rapidez dos trabalhos, é que a emenda resultante de fusão prejudica todas as demais referentes ao mesmo assunto, desobstruindo a pauta de votação.

Segundo o deputado Nelson Jobim (PMDB-RS), os líderes do partido vão estimular fusões de emendas que permitam votar de uma única vez seções, sub-seções e até capítulos inteiros do atual texto em discussão em plenário. Com isso, o texto ficará mais "enxuto", já que, neste processo, ficarão de fora um grande número de propostas "que não são necessariamente constitucionais", como observou Jobim.

Um cálculo de Richa prevê que os 96 destaques (propostas específicas, votadas em separado) previsto para o atual capítulo em discussão no

plenário possam, pela fusão, ser reduzidos para 13 emendas. Ou seja, 13 votações, em lugar de 96. Como o prazo médio para cada votação, em plenário, é de 42 minutos, entre encaminhamento da proposta e divulgação do resultado, a fusão permitirá que em duas semanas se chegue ao capítulo 4, que trata do sistema de governo e do mandato dos futuros presidentes.

Argumento político

A emenda do senador Fernando Henrique Cardoso (mandato de quatro anos com reeleição), poderá definir a duração do mandato de Sarney graças a um argumento estritamente político, não técnico. O principal argumento dos que defendem cinco anos para Sarney é que ele não poderia ser "discriminado" com um mandato menor que o de seus sucessores.

Como o atual texto da Comissão de Sistematização prevê cinco anos para os futuros presidentes e quatro para Sarney a "discriminação" ficou caracterizada. A emenda Fernando Henrique Cardoso modifica justamente a duração do mandato dos futuros presidentes. Se aprovada, esperam os líderes do PMDB, o argumento da "discriminação" funcionará ao contrário, em prejuízo dos cinco anos para Sarney.

Além da fusão de emendas, os líderes do PMDB decidiram reativar, já a partir de amanhã, os vários grupos informais interpartidários do Congresso constituinte, para diminuir os pontos de divergências entre partidos. São eles o "Grupo dos 32" o "Grupo do consenso", e o "Grupo do Entendimento". A reunião dos líderes do PMDB foi ontem de manhã no gabinete do senador Mário Covas (SP), líder do partido no Congresso constituinte. (Alexandre Polesi)



Cardoso, Britto, Covas e Jobim (de costas), na reunião da liderança do PMDB sobre a aceleração da Constituinte

Emenda Cardoso é o centro da estratégia do partido

Da Sucursal de Brasília

A emenda do senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), prevendo mandato de quatro anos com direito a uma reeleição para os futuros presidentes, enfrentará resistências para ser aprovada pelo plenário do Congresso constituinte. Os políticos fora do PMDB temem que o princípio da reeleição acabe sendo estendido para prefeitos e governadores, o que beneficiará o PMDB, que domina 22 governos estaduais e a maioria das quatro mil prefeituras brasileiras.

Prevendo este risco, o PMDB, que encampou a emenda como pedra de toque de sua estratégia para dar quatro anos de mandato para o presidente Sarney, pretende restringir ao máximo sua aplicação, limitando-a estritamente ao mandato dos presidentes da República. Com isso, porém, o partido descontentará os governadores peemebistas, que defendem o direito de se reelegerem.

"Não votaremos a reeleição", disse, na última quinta-feira, o deputado Saulo Queiroz (MS), secretário-geral do PFL, quatroanista. "Há 113 candidatos a prefeito na Constituinte", acrescentou ontem o deputado Fernando Lyra (PMDB-PE), adicionando outro complicador para a tese da reeleição: os interesses particulares dos próprios constituintes, independentemente de suas opiniões sobre a duração do mandato.

Ontem, o governador Orestes Quercia (PMDB) voltou a defender, em Brasília, o mandato de quatro anos com uma reeleição para todos os cargos executivos. Há três semanas, havia feito o mesmo em outra entrevista em Brasília. Segundo o deputado Geraldo Alkmin (PMDB-SP) prefeitos paulistas que vinham



O senador Fernando Henrique

pressionando parlamentares para que votassem a favor de cinco anos (na esperança de poderem prorrogar seus próprios mandatos) já mudaram de idéia com a hipótese de reeleição.

Tudo dependerá, portanto, da correlação de forças no plenário do Congresso constituinte, na hora da votação. Preventivamente, o PMDB tem emendas para todas as hipóteses. A de Cardoso prevê quatro anos com uma reeleição só para presidente. A do deputado Euclides Scalco (PMDB-PR) prevê o mesmo, mas também para prefeitos e governadores. E a do senador Mário Covas (PMDB-SP) prevê quatro anos para o presidente, sem tocar na reeleição.

Segundo o senador Affonso Camargo (PTB-PR), haverá resistências à tese dos quatro anos com reeleição, mesmo que limitada aos presidentes. "Acho que ela não passa", disse na quinta-feira.

'Situação crítica' provoca ausência de Covas em SC

Da Sucursal de Florianópolis

O líder do PMDB no Congresso constituinte, senador Mário Covas (SP), não compareceu ao seminário "PMDB: Passado, Presente, Futuro" realizado ontem e sexta-feira em Florianópolis (SC) alegando "situação crítica" em Brasília. Covas ligou às 2h da madrugada de sábado para a presidenta do partido em Santa Catarina, Anita Pires, dizendo que não podia comparecer, conforme programado, por ter recebido um "apelo" do presidente do Congresso constituinte e do PMDB, Ulysses Guimarães, para que permanecesse em Brasília.

O senador disse a Anita que "de toda a 'Nova República' essa é a situação mais crítica", referindo-se aos últimos atritos entre o Palácio do Planalto e o Congresso constituinte e à reunião do Alto Comando do Exército antontem no Rio. Os governadores Alvaro Dias (PR) e Pedro Simon (RS) também não compareceram, alegando outros compromissos.

O Diretório Regional do PMDB-SC divulgou, por ocasião do seminário, um manifesto em que defende as eleições presidenciais este ano.

O seminário "PMDB: Passado, Presente, Futuro" foi aberto na sexta-feira, às 20h, pelo governador da Bahia, Waldir Pires, que falou sobre o papel histórico do PMDB na transição política. Também esteve presente o ministro da Ciência e Tecnologia, Luiz Henrique.